

## APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS ACERCA DA FILOSOFIA DE DESCARTES E KANT

Alexsandro de Souza Bergamasco\*  
Douglas João Orben\*\*

**Resumo:** No presente artigo, objetiva-se apresentar de forma sistemática a epistemologia kantiana, cotejando-a com o racionalismo cartesiano. Neste contexto filosófico, a teoria do conhecimento de Kant é compreendida mediante as condições transcendentais do entendimento e da sensibilidade humana, de modo que todo conhecimento possível se expressa através de uma operação sintética entre intuições e conceitos. Em Descartes, por outro lado, o sujeito epistemológico tem autonomia intuitiva pelo simples pensamento, pois o *cogito* é um fundamento autossuficiente na produção de conhecimentos indubitáveis. Considerando o pensamento como intuitivo, Descartes prescinde o conhecimento de qualquer elemento empírico, uma vez que a razão pura é condição suficiente para a produção de conhecimentos certos. Kantianamente falando, o *cogito* cartesiano é insuficiente epistemologicamente, visto que ele desconsidera os imprescindíveis dados sensíveis da experiência. Portanto, o que se pode perceber é uma divergência entre os autores no que diz respeito à importância da experiência no conhecimento: enquanto Kant considera as intuições empíricas como indispensáveis para o processo de conhecimento. Descartes, por sua vez, se não desconsidera a experiência, não a faz necessária para o *cogito* encontrar certezas epistemológicas.

**Palavras-chave:** Conhecimento. Intuição. Kant. Descartes.

### Epistemological Approximations and Divergences Concerning Descartes and Kant Philosophy

**Abstract:** In the current article, the purpose is to present in a systematic way, Kant's epistemology, comparing it with Cartesian rationalism. In this philosophic context, Kant's knowledge theory is understood transcendental conditions human understanding and sensibility, that all possible knowledge expresses through a synthetic operation between intuition and concepts. In Descartes, on the other hand, the epistemological subject has intuitive autonomy by the simple thought, because the *cogito* is a self-sufficient principle in the indubitable knowledge production. Considering the knowledge as intuitive, Descartes

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. E-mail: [alexandro\\_bergamasco@hotmail.com](mailto:alexandro_bergamasco@hotmail.com)

\*\* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Agência/Bolsa: CAPES/PROSUP. E-mail: [douglasorben@hotmail.com](mailto:douglasorben@hotmail.com)

deprives the knowledge of any empirical element, once the pure reason is enough condition to the production of right knowledge. According to Kant, Cartesian *cogito* is insufficient epistemologically, as he flouts the necessary sensible datum of the experience. Therefore, what we can realize is that there is a divergence between the authors with regards to the importance of the experience on knowledge: while Kant considers empirical institutions as indispensable for the knowledge process. Descartes, in turn, if doesn't flout the experience, doesn't make it necessary to the *cogito* finds epistemological assurances.

**Keywords:** Knowledge. Intuition. Kant. Descartes.

### Considerações iniciais

No período moderno, a discussão epistemológica passa de uma análise sobre a natureza do conhecimento para a uma busca sobre origem do conhecimento. Segundo Hessen, o racionalismo é a “posição epistemológica que vê no pensamento, na razão, a fonte principal do conhecimento” (1987, p. 60). Portanto, no racionalismo há um apego à razão do sujeito, no qual os juízos são elaborados e justificados de acordo com o modelo matemático, baseado na clareza e distinção<sup>1</sup>.

No empirismo, por outro lado, há uma primazia da experiência em relação à razão, considerando-se como possível de se conhecer somente o que for passível de experiência. Hessen afirma que o empirismo é a afirmação de que “todos os nossos conceitos, mesmo os mais universais e abstratos, provêm da experiência” (1987, p. 55). Ou seja, o conceito é um resultado da experiência empírica.

Kant escreve a *Crítica da razão pura* com o objetivo de oferecer uma resposta ao impasse entre racionalismo e empirismo, bem como mostrar a impossibilidade de uma metafísica como ciência, o que de início é sua tese.<sup>2</sup> Desse modo, as condições e possibilidades de conhecimento *a priori* (sensibilidade e entendimento) são a introdução ao grande problema da metafísica, considerando que o objetivo de Kant, em última instância, é analisar se é possível estabelecer uma metafísica como ciência.<sup>3</sup> No entanto, a epistemologia

---

<sup>1</sup> A afirmação desta tese firma-se, sobretudo, com Descartes. Porém, ele ainda não exclui a metafísica, mas quem concebe a metafísica é o sujeito pensante. Se no período medieval o ponto de partida considerado evidente era o transcendente, com Descartes o ponto de partida é a razão humana.

<sup>2</sup> Segundo Loparic, Kant desconsiderava a possibilidade do acesso em si do sujeito sobre o objeto como operava a metafísica tradicional, que resultava em um resultado sem significado. Kant propõe a metafísica da natureza. “Kant concebe a metafísica especial da natureza física, a física racional, também como um componente geral e *a priori* da pesquisa empírica (...) considere a definição Kantiana do conceito natureza ela mesma. Essa definição, de acordo com Kant, é o ponto culminante de toda a filosofia transcendental. Ela é oferecida mediante a uma ciência universal e pura da natureza, que nada mais é do que o conjunto de princípios matemáticos e dinâmicos do entendimento” (LOPARIC, 2002, p. 32).

<sup>3</sup> Kant comenta que “a tarefa desta crítica da razão especulativa consiste neste ensaio de alterar o método que a metafísica até agora seguiu, operando assim nela uma revolução completa, segundo o exemplo dos geômetras e

kantiana revela rigorosos limites ao conhecimento possível, pois o que pode ser conhecido depende de alguma intuição sensível.

Descartes, por sua vez, é um dos fundadores do racionalismo moderno. Neste contexto, a razão desprende-se de todos os elementos empíricos e se expressa na pureza do *cogito*, o qual se torna a fonte legitimadora dos conhecimentos. Com efeito, o sujeito cartesiano não se encontra limitado pela intuição empírica, como em Kant. Ele é, pois, uma condição suficiente para a produção de conhecimentos indubitáveis, uma vez que o puro *cogito* é intuitivo.

## 1 Distinção entre juízos

Passemos à análise da epistemologia kantiana, a qual apresenta-nos que a tradição filosófica moderna operava, sobretudo sob duas possíveis formas de conhecimento. Kant apresenta-nos duas possibilidades relacionadas à origem do conhecimento, a saber: fontes *a posteriori* e *a priori*. A primeira, na qual são ajuizados os dados apresentados através da experiência ao sujeito. A segunda, por sua vez, está desapegada de qualquer relação empírica com dados sensíveis. Ou seja, são juízos elaborados independente da experiência. Neste, segundo Kant, é possível a universalidade e a necessidade.

Neste sentido, o conhecimento *a priori* e o *a posteriori* podem ser justificados através de dois possíveis juízos, a saber: os juízos analíticos e os juízos sintéticos. Para melhor diferenciar os juízos analíticos e sintéticos, tomemos, como exemplo, a relação entre sujeito e objeto. No primeiro, o predicado está contido no sujeito, portanto, há relação de identidade, não há intuição externa ao conceito. Há uma relação de mera análise, justificada pela própria crítica explicativa do princípio de contradição. Grayeff comenta que o “juízo analítico reporta-se a conceitos já formados, tanto *a priori*, como *a posteriori*. É um juízo de abstração” (1987, p. 31). Portanto, este juízo elucida o conhecimento. Por outro lado, o juízo sintético, pelo fato do predicado não encontrar-se no sujeito, ele reporta-se a uma vinculação da intuição de elementos externos ao sujeito. Portanto, há uma síntese entre os dados intuídos e os dados do entendimento. Logo, este juízo amplia o conhecimento.

No juízo sintético *a posteriori* o predicado está fora do sujeito, logo não há relação de identidade, mas isso não significa que não haja uma ligação entre ambos. A relação entre

---

dos físicos. É um tratado acerca do método, não um sistema da própria ciência; porém, circunscreve-a totalmente, não só descrevendo o contorno dos seus limites, mas também toda a sua estrutura interna” (KRV, 1985, B XXII).

sujeito e predicado possibilita a síntese, pois se configura numa “ligação sintética das intuições” (KANT, 1885, p, 44). A síntese entre predicado e sujeito funda-se na experiência.

Nesta relação analítica, o conhecimento do predicado não amplia o conhecimento do sujeito, mas tão somente o conceito, pois nele não há referência a algo externo ao conceito, como um predicado. O predicado, não estando contido no sujeito, não deixa de pertencer a ao sujeito. Neste sentido, qual seria a função da experiência? Esta, por sua vez, possibilita a síntese da relação entre sujeito e objeto. Os juízos analíticos servem para dar a clareza do conceito que é necessária para que haja uma síntese segura.

## 2 Como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*

Diferenciados os juízos analíticos e juízos sintéticos *a posteriori*, deparamos com a seguinte questão: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? Se a Matemática, a aritmética, a geometria<sup>4</sup> possuem juízos sintéticos *a priori*, como explicar tais conhecimentos?<sup>5</sup> Como é possível a matemática, a física pura?<sup>6</sup> Kant parte do pressuposto que a razão fornece ao sujeito o princípio de conhecimento *a priori*. A metafísica pretende produzir proposições sintéticas *a priori*, mas a impossibilidade de qualquer intuição empírica nega tal pretensão.

Kant aponta dois atributos do juízo sintético *a priori*, para verificação do conhecimento adquirido, necessidade e universalidade rigorosa. “Necessidade e rigorosa universalidade são, pois, os sinais seguros de um conhecimento *a priori* e são inseparáveis uma da outra” (KANT, 1985, p. 38). A necessidade se opõe ao elemento da contingência e considera possível o elemento da verificação. A universalidade rigorosa não admite exceção e não é resultado de nenhuma indução. Ou seja, desprovido da indução e de intuições sensíveis, o sujeito está de posse do conhecimento puro *a priori*.

## 3 Experiência como ponto de partida para o conhecimento kantiano

---

<sup>4</sup> O conceito de geometria kantiana vai de encontro ao pensar cartesiano, pois, a geometria “determina sinteticamente a priori as propriedades do espaço” (KANT, 1985, p. 66).

<sup>5</sup> Considerando que a matemática, a aritmética e a geometria, possuem juízos sintéticos *a priori*, ex:  $7 + 5 = 12$ , une-se um predicado não contido no sujeito, mas isso de forma necessária e universal. Física: Se tem o conceito de matéria, não só se pensa a permanência de matéria, mas o preenchimento de matéria, quantidade, se faz a mediação da experiência. Metafísica não apresenta juízos sintéticos *a priori*, levando em conta sua finalidade. Ela pretende ter tal tipo de juízos, mas não o possui.

<sup>6</sup> Kant objetiva demonstrar que os juízos sintéticos *a priori* são possíveis na matemática estética transcendental que são possíveis na Física Lógica transcendental e por fim que são possíveis na Metafísica, Dialética transcendental. Nosso objetivo é nos determos tão somente na investigação se na matemática é possível o juízo sintético *a priori*.

Analisados os dois tipos de juízo, passemos à análise da seguinte questão: seria possível afirmar que o conhecimento funda-se na experiência? Kant enfatiza que embora a experiência forneça os dados ao entendimento, o conhecimento não se funda na experiência.<sup>7</sup> Não obstante, embora provocado pelas impressões sensíveis, cabe ao sujeito, separar o que se origina das impressões sensíveis e o que é resultado das percepções racionais, por meio da experiência. Ou seja, todo conhecimento tem sua gênese na experiência, mas o conhecimento não se constitui na experiência, justamente por constituir-se de forma sintética entre sensibilidade e entendimento.

Segundo Kant, o conhecimento humano provém de duas faculdades. Da sensibilidade que apresenta os dados ao entendimento e do entendimento, o qual recebe as apreensões sensíveis e conceitua-as de acordo com as categorias.<sup>8</sup> Neste sentido, o entendimento concebe o objeto. A sensibilidade intui a matéria, a qual será categorizada pelas categorias do entendimento. Sendo assim, para haver conhecimento deve haver uma síntese entre intuições e conceitos.

Sem a sensibilidade, que recebe as representações na medida em que é afetada pelo objeto, e sem o entendimento que pensa as apreensões oferecidas pela sensibilidade, não pode haver conhecimento. Kant afirma que “sem a sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; sem o entendimento, nenhum seria pensando. Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (1985, p. 89). Com efeito, há uma cumplicidade entre sensibilidade e entendimento para efetivação do conhecimento.

Não há primazia do entendimento ou dos sentidos, pois eles apenas diferem de função. Assim, o conhecimento seguro é obtido pela síntese entre intuição dos dados sensíveis e o entendimento que pensa o intuído. De acordo com entendimento é a faculdade das cognições. “Estas consistem numa relação definida de dadas representações a um objeto; e um objeto é aquilo a que se liga a multiplicidade de uma dada intuição” (1967, p.65). A sensibilidade, portanto, intui a diversidade empírica, a qual é unificada de acordo com as formas puras das categorias transcendentais do entendimento, através de um ato sintético.

---

<sup>7</sup> “Todo o nosso conhecimento começa pelos sentidos, daí passa ao entendimento e termina na razão, acima da qual nada se encontra em nós mais elevado que elabore a matéria da intuição e a traga à mais alta unidade do pensamento” (KANT, 1985, p. 298).

<sup>8</sup> As categorias são adquiridas a partir das formas lógicas dos juízos, neste sentido são concebidas como predicado dos juízos possíveis.

#### 4 Formas puras da intuição

A experiência é uma condição para o conhecimento, porém, as intuições sensíveis devem passar pelo crivo da faculdade da razão. Ou seja, pelas categorias estabelecidas de forma *a priori* que regulam toda forma de conhecimento. Logo, “só conhecemos *a priori* das coisas o que nós mesmos nela pomos” (KANT, 1985, p.21). Para verificar proposições que perpassam os limites da experiência possível, deve o sujeito dispor de princípios *a priori*. Portanto, há duas possibilidades de ajuizar sobre objetos: a primeira de objetos dos sentidos e da sensibilidade, a segunda de “objetos” tão somente pensados.<sup>9</sup>

Espaço<sup>10</sup> e tempo<sup>11</sup>, segundo Allison, são formas puras da intuição sensível. “As representações de espaço e tempo são *a priori*”<sup>12</sup> (ALLISON, 1992, p. 142). Neste sentido, percebe-se que para Kant pensar não é conhecer, mas para conhecer é preciso intuir e pensar. Os limites do conhecimento humano são determinados na esfera possível de intuição de dados sensíveis pelo sujeito.

A sensibilidade e o entendimento determinam os limites e as possibilidades do conhecimento, pois é necessário, para produzir conhecimento legítimo, a vinculação do entendimento com a sensibilidade. A intuição<sup>13</sup> é sensível, sendo essa a única forma do entendimento receber intuições, mas ela é limitada pelo espaço e tempo. Logo, o conhecimento limita-se ao espaço e ao tempo e as formas puras da intuição dão condições para que haja conhecimento.

---

<sup>9</sup> Não é possível considerar que do que é passível de experiência seja possível estabelecer juízos epistêmicos. Porém, o que a sensibilidade intui dos objetos são tão somente o que se apresenta ao sujeito. Portanto, mesmo Kant admitindo a existência de objetos em si, o que se é possível conhecer pelo entendimento é tão somente o que é apresentado ao entendimento por meio das intuições sensíveis.

“Os objetos são simples fenômenos e não coisas dadas por si desta maneira [...] muito se pode dizer *a priori* acerca da forma desses fenômenos, mas em mínimo se poderá dizer da coisa em si que possa constituir o ser fundamentado” (KANT, 1985, p 83). Com a impossibilidade de o sujeito intuir sensivelmente o objeto em si, instala-se na relação do conhecimento entre sujeito e objeto, uma idealidade tanto no sentido interno quanto externo. Pois, o que pertence à esfera da intuição contém tão somente simples relação. Isto é, de mudança do lugar, porém determinada por leis elaboradas pelo sujeito. Mesmo o sujeito apreendendo tão somente manifestações fenomênicas e instalado uma idealidade, não implica na desconfiguração da objetividade do conhecimento.

<sup>10</sup> “O espaço é uma representação *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas” (KANT, 1985, p. 65). O conceito de tempo não está atrelado a uma dimensão que implica qualquer experiência empírica, embora seja o que dá fundamentação a toda intuição empírica. No tempo são possíveis todas as realidades fenomênicas, de modo que o fenômeno é intrinsecamente dependente do tempo.

<sup>11</sup> Kant define o conceito de tempo como “formas puras da intuição sensível” (1985, p.71) Portanto, o tempo é condição formal *a priori* de todos os fenômenos, logo todos os objetos estão no tempo. De modo que o tempo não garante que haja intuição sensível do objeto em si, pois o tempo não é inerente ao objeto, mas ao sujeito. O conceito de tempo não está atrelado a uma dimensão que implica qualquer experiência empírica, embora seja o que dá fundamentação a toda intuição empírica. No tempo são possíveis todas as realidades fenomênicas, de modo que o fenômeno é intrinsecamente dependente do tempo.

<sup>12</sup> “Las representaciones de espacio y tiempo son *a priori*, (...) son intuiciones” (ALLISON, 1992, p.142).

<sup>13</sup> “A intuição que se refere a um objeto mediante a sensação, diz-se empírica” (SCIACCA, 1962, p.193).

O tempo e o espaço são, portanto, duas fontes de conhecimento das quais se podem extrair *a priori* diversos conhecimentos sintéticos, do que nos dá brilhantes exemplos, sobretudo, a matemática pública, no que se refere ao conhecimento do espaço e das suas relações (KANT, 1985, 76).

O conhecimento transcendental<sup>14</sup> sintético se limita à sensibilidade, ou seja, ao espaço e ao tempo. A característica da sensibilidade é a receptividade dos dados empíricos e não admite conhecer coisas que não se situem no espaço e tempo. Portanto, ao mesmo tempo em que são as condições elementares para toda intuição humanas, espaço e tempo traçam os limites do conhecimento possível.

## 5 Formas puras do entendimento

Analisadas as formas puras da intuição sensível, passamos a analisar as formas puras do entendimento. O entendimento é uma forma transcendental desprendida da intuição sensível, como ocorre nas formas puras da sensibilidade. Nesta concepção, o conhecimento firma-se na análise das estruturas transcendentais mediante conceitos e, portanto, é uma “ciência do entendimento puro e do conhecimento de razão pela qual pensamos objetos absolutamente *a priori*” (KANT, 1985, p. 92). Neste sentido, o conhecimento obtido é discursivo, desapegado de qualquer relação empírica com o objeto.

O entendimento tem como característica a espontaneidade, mas esta espontaneidade não produz conhecimento algum, a partir de si própria.<sup>15</sup> Portanto, o entendimento não cria mas somente pensa os dados oferecidos pela intuição sensível.

Mesmo sendo espontâneo, o conhecimento humano opera mediante um ato sintético. A partir da espontaneidade do entendimento e de suas estruturas internas, ele não conhece em si, mas somente apresenta uma lógica geral. Isso porque, o entendimento espontâneo e formal somente pensa o objeto apreendido resultando no conceito. O pensamento espontâneo determina o objeto pensado. Portanto, o conhecimento humano se dá, em primeira instância,

---

<sup>14</sup> As formas puras da intuição acessam tão somente as manifestações fenomênicas do objeto. Portanto, não há apreensão em si. Por outro lado, o realismo transcendental considera a possibilidade de apreensão do objeto em si. Este, segundo Kant, conduz ao idealismo empírico, por justamente a razão humana ser limitada e acessar erroneamente os objetos.

<sup>15</sup> Segundo Kant, “o nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é-nos *dado* um objeto; pela segunda *é pensado* em relação com aquela representação (como simples determinação do espírito). Intuição e conceitos constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição que de qualquer modo lhes corresponda, nem uma intuição sem conceitos podem dar um conhecimento” (KANT, 1985, p. 88).

na intuição sensível e em última instância no pensamento. O entendimento humano é um intelecto formal e pode conhecer espontaneamente, mas é preciso ter a intuição sensível *a posteriori* para se ter conhecimento. Se o entendimento possui apenas condições formais de representação, ele apenas pensa e a sua ação intelectual não intui objetos, ele apenas estabelece as condições formais do conhecimento.

Considerando que o conhecimento humano se funda num ato sintético, as condições do conhecimento humano se dão na intuição. Se o entendimento fosse intuitivo, então ele seria ilimitado. Todavia, se o entendimento não pode intuir, portanto quem exerce esta função é a sensibilidade, mas de modo limitado às condições de espaço e tempo. Deste modo, o conhecimento só é produzido quando vinculado à intuição sensível. Assim, todo conhecimento humano começa pela experiência, o que não implica que se constitua tão somente na experiência e nela funda o entendimento. Logo, o conhecimento é determinado pelas condições racionais fornecidas pelo entendimento do sujeito. Estas, por seu turno, encontram-se limitadas a apreender tão somente as intuições sensíveis.

Os conceitos fundam-se mediante a espontaneidade do pensamento no qual são elaborados os juízos. De acordo com Kant, o juízo é um “conhecimento mediato de um objeto, portanto, a representação de uma representação desse objeto” (KANT, 1985, p. 102). Neste sentido, em cada juízo há um conceito universal, mas “podemos reduzir a juízos todas as ações do entendimento, de tal modo que o entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar [...] pensar é conhecer por conceitos”. (KANT, 1985, p. 103). Logo o conceito é a representação de um objeto.

Segundo Kant, se “abstrairmos de todo o conteúdo de um juízo em geral e nos atendermos à simples forma do entendimento, encontramos que nele a função do pensamento pode reduzir a quatro rubricas” (KANT, 1985, p. 103), a saber: Quantidade dos juízos, Qualidade, Relação e Modalidade.

Mediante as categorias o sujeito pode pensar um objeto intuído. A experiência contém conceitos formulados resultantes de um objeto pensado. No proceder da estrutura epistêmica, o conceito é identificado de acordo com uma categoria. Deste modo, é possível afirmar que as categorias dizem dos objetos da experiência por intermédio dos conceitos.

A função das categorias é dar sentido às percepções, fornecendo conceitos processados *a priori* dos quais resulta o conhecimento sintético. A síntese, por sua vez, “reúne os elementos para o conhecimento e os une num determinado conteúdo” (KANT, 1985, p.

109).<sup>16</sup> Logo, o conhecimento transcendental pode ser reduzido a três momentos. Primeiro, tem-se a intuição pura. Em segundo plano, tem-se a síntese dos dados puros do entendimento oferecidos pela imaginação. Para que haja conhecimento é necessário passar pelo terceiro momento, o qual compreende a elaboração dos conceitos, representação da unidade sintética necessária, que confere a unidade a esta síntese pura.

## 6 Fundacionismo epistemológico

Apresentado o método no qual o conhecimento é possível, segundo Kant, deparamos com a seguinte questão: quais são os critérios para que o conhecimento seja claro e distinto em Descartes, e/ou universal e necessário em Kant?

Descartes, em um período de carência de universalidade no conhecimento, percebe na natureza uma linguagem matemática, portanto um possível meio de intelecção. Neste sentido, Descartes propõe a matemática como o único modelo universal para a ciência. Justamente por ser universal em seus princípios, suas conclusões precisas e suas verdades são inquestionáveis. Com efeito, a percepção clara e distinta deve ser evidente por si mesma e desvinculada de qualquer interferência exterior. Filosoficamente, este método pode ser exemplificado com o argumento do *Cogito*.

Como demonstramos em Kant há dois tipos de conhecimento: o *a posteriori* e o *a priori*. O primeiro, o *a posteriori*, é empírico. Isto é, procede da experiência, mas isso não implica que ele se fundamente na experiência. O *a priori* é desvinculado da experiência sensível. Kant enfatiza que “nenhum conhecimento precede em nós a experiência [...] se ele inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência” (1985, p. 36). Isto é, o conhecimento origina na experiência, mas isso não implica que ele efetive-se na experiência.

A experiência não determina a universalidade verdadeira e rigorosa de uma proposição, mas tão somente a sua suposta universalidade comparativa. Logo, para que a proposição seja considerada universal e rigorosa ela deve ser sintética.

Percebe-se que Descartes e Kant compartilham dos mesmos princípios básicos para que o conhecimento seguro seja executado (rigoriedade), porém diferenciam quanto ao

---

<sup>16</sup> Na lógica geral, os conceitos representativos são elaborados de forma analítica de acordo com os dados oferecidos pela intuição sensível. Por outro lado a lógica transcendental “ensina-nos a reduzir a conceitos, não as representações, mas a síntese pura das representações” (KANT, 1985, p. 109).

método. Em Descartes, o *cogito* dá garantia de conhecimento claro e distinto. Em Kant, o conhecimento é garantido pela síntese entre sensibilidade e entendimento.

## 7 Revolução filosófica

Um aspecto em que Descartes e Kant comungam da linha de pensamento refere-se, em termos epistêmicos, ao ponto referencial do sujeito em relação ao objeto. Neste sentido, o sujeito situa-se no centro da relação entre sujeito e objeto, não de modo passivo, mas possuidor de estruturas *a priori*<sup>17</sup> mentais que possibilitam conhecer.

Em Descartes, o sujeito firma sua existência através da dúvida metódica que, em certo momento, depara com a existência indubitável. Isto é, a partir da autoconsciência, o sujeito cartesiano conhece, afirma ou nega o mundo exterior. O sujeito cartesiano é autossuficiente epistemologicamente, pois ele pode conhecer pelo simples pensar. Colomer afirma que “o sujeito individual que, em sua autoconsciência, está seguro de si mesmo e reconstrói a partir do universo inteiro os entes” (1986, p. 14). Portanto, o sujeito determina o que é o objeto.

Kant enfatiza que o modelo teocêntrico não possibilitava condições necessárias e suficientes para conhecer. Por isso, ele faz uma revolução filosófica na qual o sujeito se torna o centro das investigações, na relação sujeito objeto. Allison comenta que “sua postura é que o realismo transcendental, com seu modelo teocêntrico, é incapaz de oferecer explicação alguma de conhecimento. Esta é a razão da necessidade da revolução filosófica” (1992, p. 67). Em Kant, o sujeito por meio de suas estruturas mentais *a priori* é possuidor das condições e possibilidades de conhecer o objeto. Porém, elas não são suficientes, como em Descartes. “O sujeito se converte, se transforma em sujeito transcendental, concebido como um conjunto de estruturas *a priori* que dá possibilidade de conhecimento ao objeto” (COLOMER, 1986, p. 14). Percebe-se que a semente lançada por Copérnico, ao colocar o sujeito como centro na esfera científica, manifesta-se filosoficamente em Descartes e Kant. Embora ambos se tomem a si próprios como ponto de partida, divergem quanto ao método de fundamentação do conhecimento. Crampe-Casnabet menciona que:

Assim como Copérnico que revolucionou a ciência astronômica ao afirmar o heliocentrismo, Kant produz o que ele mesmo chama de *Revolução Copernicana*. O sujeito cognocente não se submete mais a um objeto pré-dado, ele o constitui (1994, p.34).

---

<sup>17</sup> O método analítico matemático em Descartes. Em Kant, segundo Loparic, tem-se o “método combinado de análise e síntese dos geômetras gregos” (2000, p. 6).

Partindo da premissa fundacionista, a qual assevera que para o conhecimento ser considerado verdadeiro e universal deve estar atrelado a bases seguras, Kant reelabora a estrutura bipartídicite sujeito e objeto, colocando o sujeito no centro das investigações epistemológicas. Neste sentido, o sujeito, por meio das suas estruturas apriorísticas, determina o modo e as possibilidades de conhecer o objeto. Kant afirma que:

[...] efetivamente, com a ajuda desta modificação do modo de pensar, pode-se muito bem explicar a possibilidade de um conhecimento *a priori* e, o que é ainda mais, dotar de provas suficientes as leis que *a priori* fundamentam a natureza, tomada como conjunto de objetos da experiência; ambas as coisas eram impossíveis seguindo o processo até agora usado (KANT, 1985, p.21).

Com este novo ponto de referência na relação sujeito objeto, ele traz uma nova concepção de objeto. Estes objetos são submetidos às estruturas epistêmicas do sujeito. Portanto, não é a matéria sensível que possibilita, de forma determinante, o conhecimento dos objetos, mas no sujeito estão contidas as condições e possibilidades *a priori* para que o conhecimento objetivo seja executado, garantindo assim a necessidade e a universalidade rigorosa.

## 8 Refutação do argumento do *cogito*

A crítica kantiana ao argumento do *Cogito* é dirigida, sobretudo, à ação do sujeito pensar, pois, o sujeito empírico é deduzido do *eu penso*. Portanto, o sujeito concebe a si mesmo e justifica sua existência enquanto sujeito real, verdadeiro e empírico através de uma intuição racional autossuficiente.

Em Descartes, o fato do sujeito pensar e duvidar, de modo a tornar a dúvida hiperbólica, esvazia-se de conteúdo sensível e resulta no sujeito pensante e existente. Isto é, ele afirma que ser e pensar não se desvinculam, sendo que a garantia da consciência de si está desvinculada de qualquer representação empírica, propositalmente, pois esta conduz ao erro.

Nesta esteira de pensar, o sujeito é concebido de forma lógica e considerado verdadeiro e real. Neste sentido, o conhecimento de si possui primazia e relação ao conhecimento do mundo externo. O conhecimento do *Cogito* humano precede o conhecimento do ser.

Por outro lado, Kant desautoriza o sujeito, ao afirmar-se existente, mas desconsiderando o sujeito empírico. Por isso, toda intuição é sensível, dependente da intermediação da disposição das formas puras da sensibilidade. Portanto, o conhecimento humano não é intuitivo, mas discursivo. A síntese é o critério indispensável para que o

conhecimento objetivo seja efetuado.<sup>18</sup> Ou seja, para que haja possibilidade de afirmar a existência do sujeito pensante em termos epistêmicos, deve haver intuição externa. Kant admite que:

[...] a representação eu sou, que exprime a consciência que pode acompanhar todo pensamento, é o que imediatamente contém em si a existência de um sujeito, mas não é ainda nenhum conhecimento [...] para tanto se requer uma intuição [...] a experiência interna só é possível mediante, e apenas através da experiência externa (KANT, 1985, p. 245).

A premissa “eu penso”, em Descartes, é uma premissa que contém em si mesma sua afirmação. Ou seja, pelo fato de a premissa e a conclusão pertencerem ao mesmo sujeito, não há vinculação com o empírico que disponibiliza dados ao pensamento.

Portanto, Kant não desautoriza a possibilidade da existência do sujeito pensante enquanto afirmação de sua própria existência, mas tal afirmação não garante nenhum conhecimento, ela é apenas uma apercepção meramente formal. Neste sentido, a experiência exterior é imediata e necessária. A experiência interna é possível mediante a afirmação da realidade externa. A afirmação cartesiana *eu sou*, torna-se apenas uma representação do sujeito. Portanto, não há conhecimento, não há intuição, mas somente imaginação. Segundo Kant, a experiência interna é possível tão somente a partir de uma realidade externa, pelo que o sujeito cartesiano não poderia ser constituído pelo simples *cogito*, sem qualquer referência externa.

## 9 Percepção dos objetos exteriores

De acordo com Descartes, mesmo os sentidos sendo vias de acesso do intelecto ao objeto, não se exclui sua função na relação epistêmica sujeito e objeto, pois a razão possui apenas primazia em relação aos sentidos na esfera do conhecimento. Não há uma radical negação dos sentidos, mas apenas uma submissão epistemológica do sensível ao racional. Ou seja, para o conhecimento objetivo ser executado há uma primazia, na esfera epistêmica, da

---

<sup>18</sup> Portanto, o princípio da unidade sintética “não é, contudo, princípio para todo o entendimento possível em geral, mas só para aquele cuja apercepção pura na representação: *eu sou*, nada proporciona ainda de diverso. Um entendimento que, tomando consciência de si mesmo, fornecesse ao mesmo tempo o diverso da intuição, um entendimento, mediante cuja representação existissem simultaneamente os objetos dessa representação, não teria necessidade de um ato particular de síntese do diverso para a unidade da consciência, como disso carece o entendimento humano, que só pensa, não intui.” (KANT, 1985, p. 138). “E independentemente da sensibilidade, não podemos participar em nenhuma intuição. O entendimento não é, pois, uma faculdade de intuir. Fora da intuição, não há outro modo de conhecer senão por conceitos. Assim, o conhecimento de todo o entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mais discursivo. Todas as intuições, enquanto sensíveis, assentam em afecções e os conceitos, por sua vez, em funções” (KANT, 1985, p. 102).

razão em relação aos sentidos. De acordo com Descartes, a afirmação eu sou eu existo, "é obrigatoriamente verdadeira todas as vezes que enuncio ou que a concebo em meu espírito" (DESCARTES, 1999, p. 258). Percebe-se que a afirmação do sujeito cartesiano está desvinculada de qualquer determinação de experiência sensível.

Kant afirma que pelo fato do sujeito cartesiano pensar e afirmar sua existência tão somente por meio da intuição racional falta-lhe a intuição sensível. Portanto, não é possível afirmar um conhecimento universal e necessário. Segundo Kant, o conhecimento certo é adquirido por meio da intuição sensível que apresenta, através das formas puras da sensibilidade, os dados ao entendimento. Logo, o entendimento pensa os dados recebidos, categorizando-os e formando um conceito. Neste sentido, há uma dependência da intuição, que apreende os dados sensíveis, e do entendimento que pensa e formula conceitos. Deste modo, a afirmação cartesiana de que a intuição racional é suficiente, é criticada por Kant, pois se tem somente o conceito, e o conceito sem intuição é um conceito vazio, ou seja, faltam-lhe os dados para ele ser preenchido de acordo com as formas puras da intuição. Crampe-Casnabet afirma que:

Já que o sujeito não pode gerar sua própria atividade a matéria de um objeto, todo nosso conhecimento começa pela experiência [...] todo objeto só é apreensível se é primeiramente apreendido sob as duas formas da intuição espaço e tempo, inerente a estrutura do sujeito (1994, p. 35).

Desvinculado das duas condições necessárias de acesso à sensibilidade, espaço e tempo, não se pode afirmar um conhecimento seguro, pois, de acordo com Kant, o conhecimento seguro dos objetos externos é adquirido de modo sintético, passando pelas formas puras da intuição e entendimento.

Kant considera que o conhecimento dos objetos externos é tão verdadeiro e evidente quanto o conhecimento de si.

Pelo contrário, o idealista transcendental pode ser um realista empírico e, portanto, como o chamam, um *dualista*, isto é, admitir a existência da matéria sem sair da simples consciência de si próprio, nem admitir algo mais do que a certeza das representações em mim, por conseguinte, nada mais do que o *Cogito ergo sum* (KANT, 1985, 349).

O conhecimento da matéria externa é condição necessária primeira para que haja conhecimento da realidade objetiva. Ou seja, para que o sujeito conheça de modo seguro, deve fazer a síntese entre intuições e conceitos. Portanto, Kant critica, em Descartes, a sua intuição racional autossuficiente de ajuizar primeiro sobre si, sobre o mundo externo,

culminando com as provas epistêmicas da existência de Deus que são justificadas por afirmações subjetivas.<sup>19</sup>

Na analítica transcendental, Kant propõe um conhecimento sintético, no qual os dados oferecidos pela intuição sensível e as categorias do entendimento possuam função igualitária em termos epistêmicos. Ou seja, sem os dados sensíveis oferecidos pela intuição sensível, não pode o entendimento elaborar qualquer conhecimento objetivo, já que “pensamentos sem conteúdos são vazios intuições sem conceitos são cegas (KANT, 1985, p. 89)”. Portanto, para Descartes, segundo Kant, falta-lhe a intuição sensível. Por estar a razão cartesiana desvinculada de qualquer intuição sensível, não é possível haver juízos objetivos no entendimento. O que a razão cartesiana cria não é conhecimento, mas somente especulações racionais.

## 10 Sobre a limitação do conhecimento

Apresentada a proposta básica do conhecimento e seus limites em Kant, passamos a uma breve comparação entre Kant e Descartes, analisando o sujeito enquanto tem a possibilidade de conhecimento externo. Neste sentido, seria pertinente afirmar que, em Descartes e em Kant, há uma limitação da possibilidade de conhecimento da realidade externa?

Em Descartes, o sujeito busca de modo racional uma verdade objetiva da exterioridade, mas não há limitação para o conhecimento. Pois ele admite as ideias inatas e é como considerar a possibilidade de conhecer a substância infinita. Por outro lado, Kant acredita haver um problema no modo como os objetos são percebidos através dos sentidos pelo sujeito, resultando na sua internalização. Para Descartes, a limitação na apreensão dos objetos, de modo objetivo, é dada pelo próprio objeto, pois é possível conhecê-lo em si. Logo, está sob a responsabilidade do sujeito a apreensão, pela razão dos objetos.

Em Kant há uma inversão, a limitação está na própria faculdade *a priori* de conhecer. Desse modo, a possibilidade da percepção sensível dos objetos externos é possível, desde que haja consideração das limitações internas do sujeito espaço-temporal, resultando em um conhecimento fenomênico.

A afirmação de um conceito do objeto é dada pelo entendimento do próprio sujeito, de modo que o objeto é conhecido e conceituado a partir do processo de internalização. Não há,

---

<sup>19</sup> Em Kant estas provas subjetivas (Deus) não são conhecimento, como Descartes afirma.

portanto, interferências externas na conceitualização do objeto, pois as formas puras da intuição e as formas puras do entendimento estão no próprio sujeito. Kant, ao analisar a subjetividade cartesiana, percebe que em Descartes, ao internalizar toda realidade externa, o sujeito se limita, sobretudo na internalização da ideia de Deus. A finitude Kantiana é *a priori*, ou seja, limitada por estruturas internas do sujeito.<sup>20</sup>

A partir da apresentação da discussão entre Descartes e Kant, sob a perspectiva do sujeito como o ponto de referência na relação epistêmica sujeito e objeto, constatamos que ambos procuram filosoficamente fundamentar um modo seguro de conhecer, mas divergem no procedimento. Em Descartes, o sujeito, através da intuição racional, é capaz de conhecer de modo ilimitado, já que o limite está no objeto e não no sujeito. Assim, o sujeito cartesiano conhece as coisas em si. Portanto, há primazia da razão em relação aos sentidos.

Kant, por outro lado, afirma que o conhecimento é limitado pelas formas puras da sensibilidade, isto é, só é possível conhecer o que se enquadra no espaço e tempo. O conhecimento procede, pois, através da intuição que apreende os objetos e do entendimento que unifica os dados e formula conceitos de acordo com as categorias. Nesse sentido, não é possível afirmar uma primazia da razão como em Descartes, pois o conhecimento configura-se em uma síntese entre sensibilidade e entendimento.

### Considerações finais

Ao expormos esta relação entre a sensibilidade e o entendimento em Kant e relacionarmos com o cartesianismo, percebe-se que é demasiado pretendo chegar a uma conclusão cabal acerca do assunto. Assim, somente destacamos que Descartes e Kant comungam da mesma pretensão, isto é, estabelecem bases sólidas para o conhecimento humano, daí as suas filiações fundacionistas. O primeiro busca um conhecimento claro e distinto, o segundo um conhecimento universal e necessário.

Kant, embora esteja de acordo com Descartes ao fundar o conhecimento em bases seguras, difere dele quanto ao método utilizado. Kant considera que o conhecimento é sintético, resultante da união das formas puras da sensibilidade com as formas puras do entendimento. As categorias, para Kant, possibilitam o sujeito pensar um objeto, mas não intuí-lo, como em Descartes. Para Kant a intuição está inevitavelmente ligada à sensibilidade

---

<sup>20</sup> Kant critica a psicologia racional através da descoberta da ideia de Deus e alma. Há uma desontologização do sujeito da psicologia racional. Neste sentido, o sujeito é pensado fora da esfera clássica em que a garantia do conhecimento era dada pela instância divina. Portanto, o sujeito era limitado a conhecer. Isto é, a limitação de conhecer repousava sobre o sujeito.

humana. Na estrutura mental do conhecimento kantiano, o conceito é identificado de acordo com uma categoria. Assim, é possível assegurar que as categorias afirmam os objetos da experiência por intermédio dos conceitos.

Assim como Copérnico demonstra o heliocentrismo por meio de cálculos matemáticos, provocando uma revolução astronômica, Kant realiza uma revolução semelhante na epistemologia. Em ambos os autores, há uma mudança do ponto de referência na relação entre sujeito e objeto. Se a intuição se deixa guiar pelos objetos, não existe a possibilidade de conhecimentos verdadeiros. Por outro lado, se a intuição não determina a natureza dos objetos, então temos a garantia de um conhecimento universal e necessário. Este saber *a priori* precede a experiência, de modo que o objeto é dado pela experiência. O conhecimento é conceituado de modo sintético entre os dados da sensibilidade e as formas puras do entendimento. Com efeito, esta síntese é possível por pertencer ao sujeito e pelo fato dele ser a referência na relação epistêmica.

Em Kant, quanto ao conhecimento, o sujeito situa-se como forma referencial, pois os limites do conhecimento são determinados pelas próprias condições transcendentais do sujeito. Assim, ao afirmar a possibilidade de conhecer tão somente o que se enquadra no espaço e tempo, os limites são determinados pela sensibilidade do sujeito investigador. Portanto, o sujeito conhece somente o que se limita às condições fenomênicas que se apresentam à sensibilidade, mas isso não implica inferir a afirmação de que o limite repousa no objeto. Pois o objeto existe em si, mas a capacidade humana de intuição só conhece os fenômenos. Daí que todo conhecimento kantiano é necessariamente sintético, limitado às intuições espaço temporal e unificado pelas condições puras do entendimento.

## Referências

ALLISON, Henry E. **El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa**. Prólogo e tradução de Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 1992.

BATTIST, César Augusto. **O método de análise em Descartes: da resolução de problemas à constituição do sistema do conhecimento**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

BENDA, Julien. **O pensamento vivo de Kant**. Tradução de Wilson Veloso. São Paulo: Martins, 1967.

BEYSSADE, Michelle. **Descartes**. Lisboa: Edições 70, 1972.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Yulo. A coisa em si em Kant e suas atuais ressonâncias. **Revista Brasileira de Filosofia**, São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, n. 129, p. 37-50, jan.-mar./1983.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COLOMER, Eusebi. **El pensamiento alemán de Kant a Heidegger. El idealismo: Fichte, Schelling y Hegel**. Barcelona: Herder, 1990. v.2.

COTTINGHAM, John. **Dicionário de Descartes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. **Kant: uma revolução filosófica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

DALBOSCO, Cláudio Almir. **O idealismo transcendental de Kant**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Para ler Kant**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

DESCARTES, René. **Discurso do método. As paixões da alma**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v.1. 154 p. (Os pensadores).

\_\_\_\_\_. **Discurso do método. As paixões da alma. Meditações** 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

\_\_\_\_\_. **Regras para a orientação do espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 151p.

DURANT, Will. **A Filosofia de Emanuel Kant ao seu alcance**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 19. Editores, S. A. 1944.

GRAYEFF, Felix. **Exposição e interpretação da Filosofia teórica de Kant: um comentário às partes fundamentais da Crítica da Razão pura**. Lisboa: Edições 70, 1987.

GUIMARÃES, Waldir S. A função das ideias em Kant. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia: Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, v. 3, n. 5, p. 22-33, 1993.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 8. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1987.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Barcelona: Herder, 1986.

KANT, Emanuel. **Crítica da Razão pura**. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora Fundação Caloute Gulbenkian, 1985.

\_\_\_\_\_. **Progressos da Metafísica**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. **Prolegômenos a toda a metafísica futura: que queira apresentar-se como ciência**. Lisboa: Edições 70, 1987.

KUHN, Thomas. **A revolução copernicana**. Lisboa: Edições 70, 2002.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Descartes existencial**. Editora Herder. São Paulo, 1969.

LEBRUN, Gérard. **Kant e o fim da Metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEPARGNEUR, François Hubert. Espaço e tempo em Kant. **Revista Brasileira de Filosofia**, São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 10, n. 1, p. 103-114, jan.-mar./1960.

LEWIS. G. Rodis, **Descartes e o racionalismo**. Porto-Portugal. Rés.

LOPARIC, Zeljko, **A semântica Transcendental de Kant**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002

\_\_\_\_\_. Kant e a filosofia analítica. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), v.2, n.1, p. 27-32, 1990.

\_\_\_\_\_. Kant e o ceticismo. **Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), v. 11, n. 2, p. 67-83, 1988.

\_\_\_\_\_. Zeljko. Sobre o método de Descartes. **Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), v.14, n.2, p. 93-112, out./1991.

PASCAL, Georges. **O pensamento de Kant**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

WOOD, W. Allen. **Kant**. Tradução de Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.